

**Tema foi discutido em audiência pública da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público**

Representantes de trabalhadores e de empresas do setor farmacêutico divergiram nesta segunda-feira (12), em audiência pública na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, sobre os impactos financeiros do projeto de lei que fixa em R\$ 6,5 mil o piso salarial nacional dos farmacêuticos.

A medida está prevista no [Projeto de Lei 1559/21](#), do deputado [André Abdon \(PP-AP\)](#), e já foi aprovada, juntamente com os apensados (PLs 2028/21, 3502/21 e 799/22), pela Comissão de Seguridade Social e Família.

O substitutivo do colegiado mantém a previsão original de reajustes anuais com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) em 12 meses e passa a fixar também um adicional de 10% para o farmacêutico designado como responsável técnico (RT) do estabelecimento.

Na avaliação de empresários, o novo piso representa 68% de aumento nos valores médios pagos aos farmacêuticos atualmente, gerando gastos extras da ordem de R\$ 2,8 bilhões ao ano e impactando principalmente pequenas farmácias.

“Temos de ter uma especial atenção com as farmácias de pequeno porte, que podem ser as mais afetadas pelo piso. Elas representam mais de 60% das farmácias ativas no País”, advertiu o presidente da ABCFarma, Rafael Espinhel, que participou do debate de hoje, proposto pelo deputado [Sanderson \(PL-RS\)](#).

Fábio Bentes, da Confederação Nacional do Comércio (CNC), destacou que, em 2021, existiam 146.197 registros ativos de farmacêuticos no País, 60% deles atuando em farmácias e drogarias. “Assim, qualquer proposta de alteração na remuneração média ou nos encargos desses profissionais tem no comércio varejista o setor mais atingido”, disse.

Bentes pontuou ainda que, nos últimos dez anos, o volume de contratações e as remunerações de farmacêuticos aumentaram, respectivamente, 72% e 84%. “A adoção imediata do novo piso iria inviabilizar operacionalmente pequenos estabelecimentos em regiões menos desenvolvidas do País”, afirmou.

**Trabalhadores**

Por outro lado, profissionais farmacêuticos alegaram que vêm acumulando mais tarefas e responsabilidades ao longo dos anos e argumentaram que os lucros do setor comportam o pagamento da nova base salarial.

Fábio Basílio, da Federação Nacional dos Farmacêuticos, apresentou um perfil do profissional farmacêutico: 68% são mulheres, a média de idade é de 36,2 anos, 65% são brancos, 44%, solteiros e mais de 1/3 é responsável pelo sustento da casa. Ele destacou ainda que o farmacêutico atua atualmente em mais de 135 especialidades, entre indústria, análises clínicas, hospitais, estética, sendo a maior parte em farmácias e drogarias.

“Aquele farmacêutico antigo que fazia apenas a dispensação de medicamentos não existe mais. Hoje o farmacêutico faz dispensação [de medicamentos], avaliação da prescrição, porque a gente sabe que as letras ilegíveis e as conciliações medicamentosas errôneas estão aí, faz vacinas, testes rápidos, inclusive de Covid-19. Há estabelecimento que fez mais de 500 testes de Covid por dia”, declarou.

Ainda segundo Fábio Basílio, o profissional farmacêutico trabalha em média 42 horas semanais, com remuneração média de R\$ 3.724,95. “O mercado de farmácias deve crescer 12% em 2022 e

10% em 2023, mas isso não retorna para o bolso do farmacêutico, que continua com uma média salarial muito baixa”, acrescentou.

Presidente do Conselho Federal de Farmácia, Walter da Silva citou números de faturamento do setor e afirmou que as despesas com o novo piso representariam apenas 2,14% desses valores.

“O faturamento estimado do setor para 2022 é de R\$ 170 bilhões. O impacto do piso seria algo em torno de R\$ 3,63 bilhões anuais, ou seja, 2,14% do faturamento das empresas”, defendeu.

A deputada [Alice Portugal \(PCdoB-BA\)](#), que é farmacêutica, destacou a responsabilidade e os riscos da profissão. “Um erro de um profissional farmacêutico, mesmo com os mips – medicamentos isentos de prescrição –, tem uma punição ética gigantesca, porque que nós estamos tratando de vidas”, destacou.

Ela ressaltou que a ABCFarma se esqueceu de dizer que boa parte das pequenas farmácias do País já são de propriedade do farmacêutico. “Esse impacto alegado não tem base real.”

**Fonte:** Agência Câmara de Notícias, em 12.12.2022